

AVALIAÇÃO E MUDANÇA: Necessidades e Resistências

Júlio César Furtado¹

E mais uma vez batemos à porta da Avaliação da Aprendizagem. Dessa vez, com intuito de promover uma síntese não mais que didática, que visa colaborar com as reflexões dos colegas professores de Ensino Fundamental, Médio e Superior a respeito do tema e de suas práticas.

Iniciemos o percurso por uma indagação irônica e nada divina: será que nosso dilema com relação ao ato de avaliar é uma praga lançada pela “guerra santa” que ocorreu entre os séculos XVI e XVII? Será que julgamos pecado imprimir uma ação eficaz que transforme essa avaliação que só constata numa real avaliação que ajuda a promover a aprendizagem? Parto desse princípio, inspirado no fato de que os primórdios da avaliação como conhecemos (e praticamos) hoje estarem presentes no *Ratio Studiorum*, documento publicado em 1599, que regulamentava o funcionamento das escolas jesuíticas ao redor do mundo. Lá estão descritas certas atitudes que nos parecem bastante familiares e atuais em nossas escolas. O documento recomenda, por exemplo, que os professores não permitam que seus alunos consultem colegas ou a pessoa que estiver “tomando conta” da prova. Recomenda também que sob nenhuma hipótese, se prolongue o tempo determinado para a prova para que algum aluno termine de responder alguma questão.

Pelo lado protestante, temos, em 1632 a publicação da *Didática Magna* de Comenius (bispo protestante da antiga Moravia, atual República Tcheca) que, a despeito de contribuições importantes para a ação docente, nos aconselhava, por exemplo a avisar os alunos que nossas provas eram pra valer e que tudo que fosse visto em aula estava passível de “cair na prova”. Esse “lembrete” segundo Comenius, faria com que os alunos levassem a prova a sério, prestassem atenção às aulas e estudassem bastante. Atire a primeira pedra, o professor que nunca usou uma dessas expressões ou que nunca tenha ouvido tais expressões de algum professor seu.

É necessário que alinhemos algumas percepções a respeito do assunto. Vamos nos referir à *Avaliação como sendo o processo de investigação contínua que auxilia o alcance dos objetivos traçados, possibilitando intervenções também contínuas no processo de aprendizagem do aluno*. Todo adjetivo relacionado a avaliação, somente será usado no caso do desvio desse conceito. Mas vamos pensar um pouco sobre esse conceito. Por que investigação contínua? Porque a avaliação não pode ser dissociada do processo de aprendizagem e este é contínuo. Por que intervenções contínuas? Porque ao investigar e perceber falhas no processo de aprendizagem, precisamos agir imediatamente, sob pena de termos maiores dificuldades adiante. Nesse ponto, podemos pensar a avaliação em outros contextos, que não o da aprendizagem. Imaginemos, por exemplo um ato de sedução: aproximamo-nos de uma pessoa atraente e começamos uma conversa. Conforme falamos e agimos, vamos observando a reação da pessoa e de acordo com as respostas, seguimos na estratégia ou mudamos completamente. Se um sorriso vem como resposta, isso nos diz: “Estou agradando. Este é o caminho”. Uma resposta ácida ou uma seqüência de monossílabos nos informa de que é prudente mudarmos a tática. Imaginemos alguém que segue em sua conversa e aproximações,

¹ Doutor em Ciências da Educação. Psicólogo e professor Vice-reitor da UNIABEU, RJ. Autor de diversos livros e artigos específicos sobre Aprendizagem e Avaliação.

mesmo percebendo respostas não desejáveis. Parece-nos inconcebível, pelo menos para os padrões aceitáveis de bom senso e equilíbrio mental. Pois pasmemo-nos! Fazendo-se a devida “transposição didática”, é o que mais ocorre em nossas salas de aula. Professores percebendo respostas não desejáveis, ignorando-as e insistindo na “paquera” mesmo assim. Pergunto-me se estão mesmo interessados em “conquistar” a outra pessoa. Avaliação é processo que subsidia o alcance dos objetivos e não o fracasso. É assim em todas as áreas em que a avaliação é empregada. Um médico avalia o paciente, com intuito de detectar sintomas de mau funcionamento orgânico e corrigi-los. As empresas avaliam seus funcionários, como estratégia de gerar treinamentos para corrigir as não conformidades. Parece-nos que só na avaliação da aprendizagem essa relação entre avaliação e compromisso com o sucesso não fica clara.

A avaliação que só constata (que na essência não é avaliação mas apenas “exame”) é fruto de uma pedagogia comprometida com a consolidação de uma sociedade burguesa, na qual constatar, classificar, e excluir são processos vitais para sua existência. Esteban nos fala claramente sobre essa questão:

O grande número de excluídos do acesso ao conhecimento socialmente valorizado, dos espaços reconhecidos da vida social, bem como a marginalização de conhecimentos socialmente produzidos, mas não reconhecidos e validados, vão fortalecendo a necessidade de engendrar mecanismos de intervenção na dinâmica inclusão/exclusão social. O processo de avaliação do resultado escolar dos alunos e alunas está profundamente marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse os limites da técnica e incorpore em sua dinâmica a dimensão ética. (Esteban, 2003, pg.8).

A simples constatação (que insistimos em chamar de avaliação) é uma situação estanque em que o aluno “interrompe” seu processo de aprendizagem para mostrar o que aprendeu. É pontual. Apenas uma fotografia do que se sabe no momento, sem nenhum compromisso com o processo que gera a aprendizagem. Passado e futuro são ignorados nesse processo. O que vale é o presente “formatado” para constatar o que se sabe aqui-e-agora. A cena de um aluno que após dez segundo que entregou a prova, sem ter saído ainda da sala, diz ao professor: *“Puxa, acabei de perceber que fiz bobagem numa questão, posso revê-la?”* e a resposta que com quase certeza esse aluno receberá de pelo menos noventa por cento dos professores nos exemplificam muito bem o caráter estanque da constatação. Outra característica desse processo é a classificação. A separação dos que aprenderam dos que não aprenderam, ou seja o sucesso e o fracasso. Desse modo, a avaliação que só constata é excludente, pois não assume nenhum compromisso com o “vir-a-saber” do aluno. A real avaliação não é uma fotografia, é um filme. Leva em conta o passado, o presente e o futuro. Não se preocupa em classificar sucessos e fracassos, mas sim diagnosticar para agir no sentido que se obtenha somente sucesso. Desse modo, a real avaliação é inclusiva. Ela inclui os que ainda não sabem sob o compromisso de que venham a saber.

Essa avaliação que apenas constata não é somente “herança de uma guerra santa” é também mecanismo de manutenção social que em muito serve à sociedade “neo-burguesa” em que vivemos. Quebrar a lógica da avaliação é quebrar a lógica social, o que exige um alto nível de comprometimento social do professor. Os “estragos” causados por essa avaliação excludente são muito bem pontuados por Vasconcellos que aponta cinco principais conseqüências:

(...) do ponto de vista estritamente pedagógico, ela provoca a não aprendizagem, porque o aluno fica mais preocupado em tirar nota do que aprender (...) Do ponto de vista psicológico, os estragos são enormes(...) Só pra citar um exemplo bem concreto:

Existe criança que passa a ter mais prazer em ver o coleguinha ir mal do que em ela ir bem. (...) Do ponto de vista econômico, o dinheiro que é gasto com reprovações e evasões poderia ser aplicado na educação de crianças que estão fora da escola (...) um efeito político: esse tipo de avaliação acaba levando o sujeito àquela posição de passividade. É o "pacato cidadão". (Vasconcelos, 2001, entrevista)

Outro desdobramento desse drama é o registro de resultados (notas, conceitos, relatórios, etc.). Avaliar e registrar são processos distintos. Um não impede o outro. A grande questão não está na forma de registro, mas sim em como encaramos esses registros, o que fazemos com eles. A organização da escola e a sociedade como um todo nos exige que registremos os resultados obtidos através de instrumentos de medida (provas, testes, pesquisas, projetos, etc.). Precisamos nos conscientizar sobre a serviço de quê e de quem damos tratamento aos registros feitos. Na maioria das vezes utilizamos as médias como instrumento de registro final. Encaramos a nota como algo fixo, imutável, que deverá fazer parte da história do aluno para todo o sempre. Luckesi nos esclarece brilhantemente essa questão:

Por exemplo, quando um estudante tem um desempenho insatisfatório numa prova de uma determinada unidade de ensino e obtém uma nota 2,0 (dois), nós professores lhe aconselhamos estudar um pouco mais e submeter-se a uma nova prova. Então, ele faz isso e, nesta segunda oportunidade, obtém nota 10,0 (dez). Qual será a nota final dele? Certamente será 6,0 (seis), que é a média entre o 2 (dois) inicial e o 10 (dez) final. Mas, por que não 10,0 (dez), se foi essa a qualidade que ele manifestou na segunda oportunidade? Antes, ele não sabia, porém, agora, sabe. Não atribuímos o 10 (dez) a ele, devido ao fato de ter obtido dois antes. Esse 2 (dois) era definitivo, de tal forma que não nos possibilitou atribuí-lhe o 10 (dez), apesar de ter manifestado essa qualidade plenamente satisfatória em sua aprendizagem. (Luckesi, 2000, pg. 3).

Uma real avaliação deve conter em si, três princípios essenciais: 1) deve provocar a ação docente. Os resultados são indicativos de necessidades de correção de rota; 2) deve estar sempre a serviço do sucesso. O ato de avaliar é o ato de subsidiar o alcance de resultados desejados, logo, avaliar é mobilizar-se para garantir o alcance dos objetivos e, 3) deve estar comprometida com a Ética. A avaliação têm que estar comprometida com a aprendizagem de todos. Não podemos achar normal que alguns alunos não aprendam. O compromisso ético da avaliação configura-se a partir dessa premissa. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 deixa clara a necessidade de nos comprometermos com uma avaliação mais qualitativa do que quantitativa, o que traduz uma preocupação crescente em aliarmos cada vez mais o ato de avaliar ao ato de aprender e de incluir e cada vez menos ao ato de classificar e de excluir.

A lógica da avaliação por nós praticada é resultante, conscientes ou não, do modelo de sociedade a que apoiamos. Mudar nossa prática avaliativa exige comprometimento com um modelo social mais justo e inclusivo. Afinal, que sociedade queremos formar? A questão não é subjetiva, como muitos de nós podemos pensar. A questão é legal. Está escrito nos artigos terceiro e quarto de nossa constituição qual é a sociedade que devemos nos empenhar em construir. Uma sociedade livre, independente, justa, com prevalência dos direitos humanos. Uma sociedade solidária, pacífica, desenvolvida e sem pobreza ou marginalização. Uma sociedade que promove o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Com certeza, não é praticando uma avaliação que exclui que chegaremos lá. O compromisso com a construção dessa sociedade passa pelo nosso compromisso de mudança de nossa prática pedagógica, como nos lembra Barriga:

(...) a necessidade de reconstrução do processo de avaliação como parte de um movimento articulado pelo compromisso com o desenvolvimento de uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças, com a construção coletiva. Um movimento direcionado pela concepção de escola como território múltiplo, marcado pela diversidade de culturas e vozes. Esta transformação requer uma redefinição paradigmática. (Barriga, 2003, pg. 17)

Resistimos à mudança, como qualquer mortal. Elegi cinco dentre nossos diversos discursos resistentes para nossa reflexão.

1- “Eu sempre fui avaliado assim e cheguei até aqui.”

Essa fala nos revela o quanto ainda temos que tomar consciência dos efeitos perversos de uma avaliação excludente. Sim, chegamos. Somos parte de uma minoria sobrevivente que achou (?) seu lugar ao sol. Afinal não há sol pra todos mesmo. Outro argumento correlato pode ser: *“Eu consegui, eu lutei. Eles que lutem também!”*

2- “A criança precisa ser preparada para o mundo real, que é competitivo”

Esse discurso poderia ser perfeitamente complementado da seguinte maneira: *“Como é inútil qualquer esforço pra iniciar uma mudança do mundo que está aí, a única saída é colaborar com tudo isso, pois não adianta dar murro em ponta de faca. A criança vai entender logo o seu lugar, se começarmos, desde cedo, na escola, a simular essa sociedade cruel que exclui os menos inteligentes”.*

3- Os pais querem os filhos prontos para a competitividade que o sistema de avaliação simula.

Talvez os pais não tenham se dado conta da enorme probabilidade de exclusão de seus próprios filhos. Outra questão é o fato de que os pais desconhecem a ação de uma real avaliação. Eles desconhecem o fato de que nesse contexto, eles pagariam menos aulas extras particulares, pois os professores não desistiriam tão facilmente de seus filhos.

4- Como vou manter meus alunos interessados nas aulas se eles não temerem a avaliação?

A aprendizagem significativa é fruto da construção de um sentido por parte do aluno, a respeito do que está aprendendo. Essa construção ocorre num movimento de dentro para fora e de forma não arbitrária. A avaliação como elemento de poder é incentivadora da aprendizagem “com data de validade”, que dificilmente será permanente. Logo, esse interesse que a avaliação excludente provoca é ilusório.

5- Avaliar dessa forma é camuflar os resultados ruins. É forçar a barra pra se aprovar todo mundo.

Poderíamos contestar essa afirmação por vários caminhos. Um deles seria perguntar: *“O que se tem contra a aprovação de todos, desde que haja aprendizagem?”* A dissociação entre avaliar e ensinar é que nos leva a fazer afirmações como essa. Avaliar é exatamente não camuflar resultados ruins. É agir para que eles se tornem satisfatórios. Constatar é que camufla os fracassos do sistema de ensino, na medida em que não se compromete com a mudança do que constatou.

Precisamos assumir um compromisso com o “ainda-não-saber” dos alunos. Afinal, avaliar revela isso: o que o aluno ainda não sabe. E nos impulsiona para ações

reparadoras e urgentes, de forma que os alunos passem a saber o mais rápido possível. Somente através desse compromisso, estaremos promovendo mudança no ato de avaliar em nossas escolas. Finalizo com mais uma afirmação de Esteban, que sintetiza bem a possibilidade de mudança em nossa prática:

(...) o que permite o movimento é o “ainda-não-saber” – síntese do já consolidado e sinal de novas possibilidades – e a percepção de que o não saber tem tanto valor, para se tecer novos conhecimentos, quanto no saber: rompe com essa dicotomia e traz outros olhares para o processo avaliativo.

Referências Bibliográficas:

ESTEBAN, Maria Teresa. *Avaliação no cotidiano escolar* in *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

LUCKESI, Cypriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem: compreensão e prática*. Entrevista publicada no Jornal do Brasil em 27/04/2000.

BARRIGA, Angel Diaz. *Uma polêmica em relação ao exame* in *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

VASCONCELLOS, Celso. *Mudar a avaliação. Sem essa de exclusão!* Entrevista publicada na revista Mundo Jovem de julho de 2001.